

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA AUSÊNCIA E PRESENÇA NEGRA

HISTORY OF EDUCATION IN BRAZIL: BLACK ABSENCE AND PRESENCE

Heverton Luis Barros Reis 1

Resumo: Diante da necessidade em refletir sobre a história educacional no país, somos tomados pela importância em pensar o negro na educação. Nessa convergência, nos questionamos se é possível traçar caminhos para pensarmos a educação, ao longo dos tempos, refletindo sobre o local que por muito tempo foi dado aos negros? Isto posto, esta narrativa buscou problematizar a educação no Brasil, de modo a ressignificar os processos de exclusão. Para tal feito, recorreu-se ao revisionismo bibliográfico, com uso da metodologia histórico-crítica, sobre a história da educação, desde a chegada dos jesuítas na América portuguesa e passando pelas principais tendências pedagógicas.

Palavras-chave: História da Educação. O Negro na Educação. Relação de Poder.

Abstract: Faced with the need to reflect on the country's educational history, we are struck by the importance of thinking about black people in education. In this convergence, we ask ourselves if it is possible to trace paths to think about education over time, reflecting on the place that for a long time was given to black people? That said, this narrative sought to problematize education in Brazil, in order to re-signify the processes of exclusion. In order to do this, we used bibliographic revisionism, using historical-critical methodology, on the history of education, from the arrival of the Jesuits in Portuguese America and through the main pedagogical trends.

Keywords: History of Education. Black People in Education. Power Relations.

1 Doutorando em Educação (UFRN). Tendo como apoio financeiro CNPQ, bolsa CAPES. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA). Licenciado em História (UNEB) e Pedagogia (UniFaveni). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7127942435438865>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2798-4367>. E-mail: heverton.reis.022@ufrn.edu.br

Introdução

A educação brasileira, desde a colonização portuguesa e a chegada das missões jesuíticas, desenvolveu-se em duas vertentes: a primeira, voltada para os povos originários, que não tiveram muita escolha; e a segunda, uma educação escolar destinada a poucos privilegiado¹. Esses privilegiados, do segundo caso, eram formados pelos filhos dos senhores de engenhos e da elite que estava a se formar.

À vista disso, a educação no território que hoje corresponde ao Brasil deve ser analisada no contexto social, político e econômico de cada época. É fundamental compreender as relações entre o poder colonial e a Igreja Católica, que criaram uma nova dinâmica cultural tanto para os colonizadores quanto para os colonizados. Importante destacar que, apesar de estarem inseridos no mesmo contexto, os interesses dos colonizadores e dos jesuítas frequentemente entravam em tensão, refletindo diferentes objetivos na construção da sociedade. Além disso, ao longo do tempo, eventos como a Independência, a Proclamação da República e o debate sobre a formação das instituições, especialmente durante o Segundo Reinado, desempenharam papéis cruciais na evolução do sistema educacional (Paiva, 2003; Nagel, 2009)

Sendo a educação um espaço historicamente restrito a poucos, podemos inferir as lutas e dificuldades enfrentadas por crianças, homens e mulheres negros no período pós-escavidão, em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo classismo. Estudos, como os de Lilia Moritz Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), Djamila Ribeiro, *Pequeno manual antirracista* (2019) e Abdias do Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (1978), indicam que as conquistas na ocupação de espaços de poder e no acesso à educação para a população negra não foram fáceis, encontrando muitos obstáculos que persistem até hoje, afetando a escolarização e o desenvolvimento pleno dos cidadãos não brancos.²

Aqui, a educação é compreendida de maneira ampla e plural. Isto é, considera-se a educação tanto dentro quanto fora do ambiente formal de ensino, abrangendo todos os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem entre os indivíduos, independentemente de estarem ou não dentro dos muros escolares. Isso inclui tanto os fenômenos educativos quanto as concepções que ajudam a interpretar esses fenômenos (Saviani, 2007, p. 43). Dessa forma, este trabalho se propõe a entender a educação como um espaço contínuo de formação do indivíduo, que está sempre adquirindo e compartilhando conhecimento, construindo e reconstruindo o mundo ao seu redor. Nesse contexto, o mundo Luso-Ibérico é visto como formado por diversas práticas educativas, fruto do encontro e da interseção de diferentes povos.

A educação à brasileira é uma encruzilhada epistêmica, ou melhor, existem caminhos que convergiu para o que temos hoje. Aproximações e distanciamentos que devem servir de reflexão para o fazer pedagógico. Encruzilhada é pensada aqui a partir de duas vertentes. Primeira, Exu como senhor dos caminhos e dona das encruzas, o que comunica, que leva e traz as informações entre os mundos, o que assenta no centro das pontas para resolver questões e tomar decisões; segunda, a encruzilhada como cruz de quatro pontas que converge para um centro, sendo cada ponta lida como, (1) a colonização e a fé católica, (2) os sujeitos escravizados e no processo de tentativa de aculturação e apagamento de suas memórias, (3) a permanência e manutenção de práticas fincadas na educação tradicional e (4) sujeitos outros resistindo os apagamentos históricos para existirem em tempos ainda racistas e excludentes.

1 Os povos originários referem-se aos indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos colonizadores. A educação escolar para poucos privilegiados era oferecida principalmente nas áreas urbanas e estava acessível principalmente aos filhos de colonos e da elite colonial.

2 E mais, para o aprofundamento do debate, e da análise da história da educação brasileira, a leitura de autores como José Murilo de Carvalho, em *Teatro das Sombras* (1980), do qual explora o analfabetismo e a formação escolar em contextos imperiais. Cida Bento, através de *O Pacto da Branquitude* (2022), que examina as dinâmicas raciais que perpetuam a supremacia branca, influenciando profundamente a educação e a construção de identidades no Brasil. Bem como, Beatriz Nascimento, conhecida por sua abordagem da história afro-brasileira, que afere o genocídio negro e a resistência cultural, iluminando a presença histórica e contemporânea dos negros na educação brasileira e na sociedade. Esses estudos convergem para uma compreensão mais completa das complexidades das relações raciais na educação brasileira, ponderando tanto as lacunas históricas quanto os esforços atuais para promover a igualdade e o reconhecimento das contribuições negras.

Nesse contorno, a pesquisa não busca em dar conta da descoberta de fontes novas e/ou não explorada, mas em revisitar, por fontes secundárias, como principais escritos e autores sobre a história da educação brasileira, nossa trajetória no universo escolar, e de maneira ainda mais particular da presença negra nesses espaços. Sendo assim, busca-se aqui, por meio dessas fontes disponíveis, produzir uma síntese crítica e reflexiva de forma ampliada sobre o objetivo de estudo.

Para tal feito, inspira-se na realidade atual e tem como desejo o alcance de professores para que assim possam repensar suas práticas no ensino de história da educação e dos seus processos pedagógicos. Para tanto, interpreta-se a ideia tanto de Bourdieu (1972), sobre a longa duração, como de Gramsci (1975), sobre estrutura e superestrutura e movimentos orgânicos e conjunturais.

Sendo assim, muito em diálogo com Saviani (2007), a perspectiva teórica-metodológica aqui visa superar as limitações sobre a história da educação corroborada pelo positivismo das ideias e o presentíssimo como prática descolocada das relações do passado. E por tal razão, o diálogo com a corrente Analítica, tendo como orientação a dimensão concreta do conhecimento em torno do histórico da educação; a necessidade da produção de longa duração, justificada pelo olhar sintético e crítico dos acontecimentos; e a perspectiva da atualidade, pois o objetivo é sempre analisar o passado para entender o presente e modificar o nosso futuro, por outras palavras, orgânicos e conjunturais.

Por outro lado, ainda, e divergindo da tipologia das concepções pedagógicas propostas por Saviani (2007), onde divide os períodos pelas transformações das correntes pedagógicas, aqui, admite-se a divisão mais ancorada na periodização histórica, assim dizendo, pensando a partir dos momentos da história que passa pela educação: jesuítica, pombalina, Período Imperial, Período Republicano até, tendo em vista que o objetivo não é a análise das correntes educacionais como todo, e sim a presença negra nesses espaços.

Entre a educação jesuítica e pombalina na américa portuguesa e o negro no contexto de exclusão

A história da educação, como compreendemos hoje, surge no contexto de colonização e da tentativa calcada no tripé da Fé-Lei-Rei (Vaifas, 1995), ou por outra, os colonizados precisavam da Fé da igreja Católica, para converter os homens ao cristo e expurgar os pecados; da força do Rei como representante divino na terra, e das Leis criada pelo homem europeu, leia-se pela Igreja e pelo Rei. E, nesse sentido, a educação se concretiza com a chegada da missão escolástica jesuítica nos anos de 1549.

No Brasil, a Companhia de Jesus esteve presente por mais de duzentos anos, até que novos acordos levaram à expulsão dos missionários³. Todavia, as práticas dos jesuítas, baseadas na fé, na moral cristã, na visão do pecado, na rigidez do ensinar e aprender, com o foco no professor, e o aluno visto como um mero receptor de conhecimento, além de valorizar a memorização dos conhecimentos considerados importantes para a época, ainda se fazem presentes. No entanto, é importante notar que houve uma mudança significativa na perspectiva educacional ao longo do tempo. Esse modelo educacional jesuítico sofreu uma ruptura especialmente notável durante o Estado Novo, quando a abordagem passou a enfatizar uma educação mais laica e nacionalista, voltada para a formação de cidadãos conscientes e integrados ao projeto de modernização do país.

Para compreender a educação no Brasil contemporâneo, é necessário retroceder ao período colonial. Durante esse tempo, o modelo de ensino conhecido como *ratio studiorum* estava profundamente enraizado no pensamento tomista. São Tomás de Aquino, um influente teólogo e filósofo medieval, buscou integrar o aristotelismo com o cristianismo. Ele propôs um diálogo entre o pensamento de Aristóteles, o neoplatonismo e as escrituras bíblicas, estabelecendo uma conexão entre fé e conhecimento. Essa abordagem escolástica enfatizava a racionalidade e a lógica aristotélica, adaptadas para servir aos objetivos teológicos do cristianismo.

3 A expulsão dos missionários jesuítas ocorreu em 1759, durante o governo do Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I de Portugal. O movimento fez parte de uma série de reformas que visavam limitar o poder da Igreja e consolidar a autoridade do Estado, resultando na expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses e na confiscação de seus bens.

Essas bases fomentaram a educação no Brasil, pois a moral era algo inevitável em ser ensinada e colocada como verdade absoluta. Tais caminhos apontavam para a formação de homens praticantes da fé católica, mas também subserviente ao labor, uma vez que, não podemos esquecer que a igreja e o ensino estavam contribuindo para o sucesso da colonização. E mais, os processos religiosos e sociais não podem ser lidos separadamente, pois, o capitalismo e as demandas culturais, muito contribuíram para a modernidade econômica (Nagel, 2009).

Ao professor, na formação do *ratio*, cabia de forma semelhante ao que se ensinaria: regras; seguir as doutrinas da fé; servir de exemplo para a moral ensinada e servir de elo entre a igreja, com seus objetivos de manutenção da fé católica, e do poder real, para o sucesso da colonização. O sucesso dependia de mão de obra escrava, apesar disso, logo, percebeu-se que não era o suficiente.

A missão escolástica jesuítica se deu, então, em dois momentos: o de catequização dos indígenas, que tinha a “intenção de “salvar as suas almas”, passando, pouco a pouco, a lhes ensinar as primeiras letras e a prática de ofícios, pois precisavam de mão de obra” (Leite, 2000, *apud* Mesquida, 2013, p. 245) E o segundo momento, a educação aos colonos, buscando a manutenção da fé e de mão de obra especializada na consolidação colonial.

A primeira dicotomia, que se observa na história da nossa educação, é que ela surge ofertada de maneira gratuita, vindas do apoio do Estado ou de filantropias diversas. Contudo, é sabido que embora de graça, e inicialmente colocada à disposição dos indígenas, logo, passa a ser espaço de privilégio para as famílias donatárias da época.

No processo do sucesso na educação formal, ao longo dos anos, os jesuítas criando um ambiente onde as elites já reproduziam os discursos colonial, mostrando, como, em parte, a colonização foi bem-sucedida. Os caminhos pedagógicos no Brasil, “contribuiu para manter o vínculo entre a oligarquia e o modo de produção que a alimenta”, mantendo “vícios que perduram até hoje, inibem a capacidade de criar e produzir” (Mesquida, 2013, p. 5-6).

E mais, uma educação que excluiu por muito tempo, e ainda exclui, sujeitos que não são contemplados em processos de ensino mais plurais; onde suas histórias e culturas não são revisitadas e contadas para além da ótica do colonizador. E mesmo, por vezes, estando em prerrogativas legais, como a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, percebemos que os métodos e pedagogias adotadas se aproximam muito mais da educação em tempos que esses sujeitos eram escravizados e excluídos dos processos de escolarização formal, do que de suas realidades de maneira inclusiva.

De maneira reflexiva, se pensarmos a educação jesuítica no Brasil a partir do formalismo pedagógico e formalismo cultural, de uma educação que tinha muito mais o caráter de controlar os corpos, ou seja, para além da colonização do ser, que era a escravidão, temos também a colonização do saber, ou, do que as pessoas pensam e como elas devem agir.

Se a igreja via como pecado qualquer transgressão, e isso fez com que buscasse catequizar os indígenas e depois os escravizados negros, e também fez em seus processos de escolarização aos colonos o controle para a ordem da servidão e do trabalho em busca de formar uma sociedade “melhor” com os filhos da elite, porque também não quis incorporar em seu projeto educacional, nos séculos seguintes, pós-abolição, os negros? Ora, a resposta é simples, a sociedade queria os negros ocupando, para sempre, o lugar de subalternidade, tal e qual, compreendiam como a educação, mesmo sendo pensada para controlar, acaba, de alguma maneira, se tornando libertaria dos padrões vigentes.

Vale ainda pensar sobre a educação de crianças negras que nasciam sobre o controle e nas fazendas dos jesuítas, uma vez que nossa historiografia, mais tradicional, sobre a educação, se mostra alheia. Essas em particular tinham ao acesso às escolas jesuíticas, uma vez que eram propriedades dos mesmos, e em busca da desfrancização e no processo de desaculturação essas crianças tinham o acesso à educação mais primária. Portanto, “tem-se dado pouca atenção para os filhos dos escravos pertencentes aos missionários-fazendeiros que também foram educados nas escolas concebidas pelo *Ratio studiorum*” (Junior, Bittar, 1999, p. 473).

Não podemos dizer se isso era bom ou ruim, uma vez que além de sofrerem a colonização por meio da escravidão, ainda sofriam a tentativa de cristianização dos seus corpos de maneira mais contundente, ou se pelo menos essas crianças não tinham o mesmo tratamento degradante sofrido por outros escravizados e teriam, de certa forma, a possibilidade de conhecer e ter acesso

ao saber do colonizador para, se assim desejar, poder usar ao seu favor.

Deve-se ter atenção também que a presença negra na educação não era um ato meramente de bondade dos jesuítas, devemos lembrar dos contornos sociais, políticos e econômicos, digo, entender como os jesuítas estavam passando pelo enfraquecimento da catequese e contribuição da mão de obra dos indígenas que vinham contornando aspectos como, (1) fugas por não aceitar a escravidão e o modo de vida do colonizador, impossível para esse colonizar, desconhecedor das matas, capturar esses sujeitos; (2) a necessidade da coroa e da igreja dos gentios da terra como mão de obra na economia açucareira; (3) a crescente rotação de lucro de escravos africanos.

Com isso, a melhor opção para os padres seriam a ajuda de crianças negras desfrancizadas, assim sendo, que saíram muito criança do ceio de sua cultura, esquecendo de maneira mais fácil suas práticas e adaptando-se com facilidade ao ideal religioso e de visão de mundo colonial.

No campo pedagógico, a logística ao ensino da criança negra por vezes se aproximou do processo do *Ratio* como todo, por vezes se distanciou. Sendo assim, nota-se que para além de ensinar apenas o básico a esses sujeitos, era utilizado, como encontrado em estudos feitos por Serafim Leite (1945), o método mnemônico, isto é, com auxílio de decoração dos conteúdos e por instrução de aproximação de gatinhos de memória.

Essa educação também tinha uma prática mais dura e rígida, comum na educação brasileira por muito tempo, o chamado sadismo pedagógico, ou seja, as crianças eram submetidas a palmatoria (batida na palma nas mãos com pedaço de madeira), quando erravam ou esqueciam. Portanto, “o projeto estava a serviço de ordem social violenta. O processo de aculturação e conversão tanto ao índio quanto ao negro visava apenas construir o império colonial jesuítico-lusitano” (Junior, Bittar, 1999, p. 479).

Nessa caminhada, embora alguns pesquisadores prefiram, ao falar da história da educação, separar os momentos, aqui dou continuidade, pois o período Pombalino refletiu a educação de maneira muito aproximada ao período anterior, embora divergentes da missão jesuítica, a lógica no campo educacional não sofreu mudança, logo, percebe-se que o período Pombalino, com a expulsão dos jesuítas, não provocou rupturas significativas, nem mesmo na educação de maneira geral, muito menos para a educação da população negra.

O período Pombalino tem um viés muito mais político do que religioso e/ou educacional. Embora tivemos a criação da faculdade nesse período, sabe-se que a exclusão jesuítica justificada pela intervenção da igreja nas questões no Estado, no seu sentido político e econômico, não necessariamente no sentido escolar, uma vez que os professores desse período eram, em sua maioria, ex-professores da Companhia de Jesus que abriram mão da ordem para permanecer no país (Costa, 2011), assim como fica evidente que o modelo pedagógico se mantém na formação primária.

Todavia, vale salientar os aspectos que fomentaram a ruptura com o ensino jesuítico na colônia, reflexo das mudanças no mundo europeu, ou por outras, as ideias iluministas que começaram a afetar Portugal.

O século XVIII marca, então, a dualidade entre a visão mítica versus o pensamento/razão, religião e ciência. Como resultado da popularização entre as elites, promovido pelos estrangeirismos, de tais ideias, destaca-se o Sebastião Melo, o futuro Marquês de Pombal, que era um diplomata da época. Esses estrangeirados promoviam o desenvolvimento de Portugal a partir de uma cultura empirista e utilitarista, o que divergia do teocentrismo presente na igreja e da própria missão catequética e escolástica jesuítica (Saviani, 2007).

Nesse caminho, a corrente que defendia a luz da razão tinha como ideia libertar, sobretudo, a educação das correntes religiosas. O movimento que começa na Europa, chega à colônia portuguesa como reflexo das reformas políticas engendrada pelo já então nomeado Marquês de Pombal, como ministro do exterior e da guerra, no reinado de Dom José I. “seu projeto de cunho mercantilista que implicava, pelo aproveitamento racional da riqueza propiciada pelo ouro do Brasil, a instalação de indústrias e a dinamização do comércio” (Saviani, 2007, p. 79).

A reforma urbana que se deu em Portugal, afetando o setor político, econômico, social, cultural e também educacional, ordenou desde a paralisação das atividades jesuíticas, fechamento de universidades fundadas pelos jesuítas, até além-mar, como na colônia do Brasil, com a limitação dos indígenas em cargos e fortalecimento da inquisição, criando, assim, um regime de despotismo

esclarecido.

Embora o foco não tenha sido o setor educacional, sua afetação se deu de maneira objetiva. No quesito dos estudos primários e secundários passou-se a privilegiar os estudos das humanidades. A reforma cria, então, as limitações dos cargos, tendo o (1) diretor de estudo, muito próximo ao que temos hoje como dirigente escolar, o responsável por administrar o espaço escolar em repassar e relatar as demandas internas aos poderes maiores, no caso do período, fazer o relatório ao rei; (2) o professor de gramática latina, não estando preso aos pormenores da língua como fazia os jesuítas, procurando dar sentido a língua e sua aplicabilidade; (3) professores do grego; e (4) professores de retóricas.

Foi, então, promulgada e assinada “no dia 6 de julho de 1759 a carta régia de nomeação do cônego Dom Tomás de Almeida como diretor-geral de estudos do Reino e Ultramar” (Saviani, 2007, p 88). A carta trazia as regras por parágrafos das funções, o que poderia e não poderia fazer e como vigoriaria o ensino em Portugal e também nas colônias.

Contudo, como já mencionado, a primeira fase da reforma Pombalina, que teve como foco os estudos chamados de menores, ou seja, a educação básica, tem no seu ideal o afastamento do ensino religioso e teocêntrico, porém, para além, de tentar trazer a ideia iluministas para o ensino, não houve mudanças mais significativas. Pelo contrário, é mais um período que mostra como nossa educação do presente sofre com as mesmas mazelas da época, como a falta de material didático, de professores e de estabelecimentos de ensino com qualidade.

No campo didático, a visão de uma educação tradicional que surge no período jesuítico, se estende ao Pombalino e, em certo ponto, se faz presente em escolas e práticas educativas atuais.

O destaque para o período pombalino pode ser visto nos estudos maiores, isto é, na reforma da universidade, sobretudo na colônia do Brasil, embora tenha tido seu início na Universidade de Coimbra, com a reforma do estatuto da instituição. Essa reforma afetou a criação da universidade no Brasil, modo que uma universidade que hoje podemos ler como plural, calcada no pensamento, no empirismo e na pesquisa prática.

Pensando a educação primária, no período régio na colônia do Brasil, esteve voltada para a educação técnica que para o ingresso na Universidade, embora, tomando as regras, não impedia de tal ascensão. A escola, em sua maioria, tinha o foco do ler, escrever e contar, o ensino do latim, grego, retórica e filosofia era mínima, criando assim um corte muito maior. “A Aula do Comércio dirigia-se diretamente à burguesia mercantil. E o Colégio dos Nobres dirigia-se especialmente à nobreza togada” (Saviani, 2007, p. 95), ou em outras palavras, “pode-se notar a presença de dois tipos de escolas e de políticas educacionais que privilegiavam o ensino particular, com apoio do Estado” (Maciel; Shigunov Neto, 2007, p. 472).

Há quem via, ainda, que o lugar do pobre, dos colonizados seria a educação dadas pelos párcos, devido à precariedade e a possibilidade de saber o menos possível, tendo em vista que se aprendesse muito e entendesse suas realidades, não mais iriam servir de mão de obra barata no processo mercantil.

Essa educação muito se assemelha com a educação tecnicista desenvolvida de maneira mais efetiva no Brasil nos anos finais de 1970, bem como, da tentativa de reforma dos anos 2020-2022 do ensino médio, onde temos a obrigatoriedade do ensino de Português/letras e matemática/números em todos os anos e dos eixos chamados de itinerários as demais áreas, sobretudo das ciências humanas e sociais aplicadas. Não é à toa que ao estudar a história da educação, os pesquisadores atuais apontam tais reformas como retrocesso e conservadoras.

A reforma Pombalina no Brasil serviu ainda entre as aulas regias, descentralizadas e desconectadas, com as dificuldades financeiras enfrentadas, e ainda lutando entre a introdução do saber na lógica iluministas e professores com formação nas escolas jesuíticas, concomitante aconteciam no país os seminários e colégios religiosos, com ordem franciscana que buscava o meio-termo entre a reforma Pombalina iluminista e o saber da igreja.

Outra instituição que deve ser mencionada nesse diálogo é o Seminário de Olinda, fundada por Cunha de Azeredo, sendo visto como uma das melhores escolas secundárias do Brasil. Onde “seus estatutos guiaram-se pelas ideias do despotismo esclarecido, incorporando as concepções e práticas pedagógicas dos oratorianos” (Saviani, 2007, p. 109), buscando, ali, a formação mais completa do ser humano, integrando a fé, mas também a formação do cidadão. Estando atento as questões do novo tempo e das questões sociais, como a economia e a filosofia.

Não obstante, embora não formasse apenas párocos, o foco era a formação do religioso ingressados nas relações do seu tempo e espaço. O que ao meu olhar, muito se aproxima dos jesuítas, que tinham a missão de conhecer, explorar e entender o ambiente para melhor consolidar sua prática religiosa. Porém, no caso posterior, com a visão mais republicana, pelo menos pelas lideranças locais, como dos Padres Miguelinho e João Ribeiro, que seus antecessores, os jesuítas.

O tombo vem com a ascensão de Dona Maria I ao poder com a morte de Dom José I e sua viradeira às ideias Pombalinas que estavam se consolidando em Portugal e nas colônias, por outro lado, no Brasil a mudança continua devido aos processos que surgem na sequência, como a fuga da Família Real em 1808 para cá e a implementação das aulas régias e da manutenção dos pressupostos pombalinos.

Sobre a educação para a população negra, o período Pombalino pode ser lido em diálogo com os aspectos apontadas nessa primeira encruzilhada, onde serviu muito mais para mostrar que o negro não estava ocupando o espaço escolar, por motivos óbvios, eram escravos, mão de obra, e a sociedade da época não tinha intenção nenhuma em modificar essa lógica. Se nesse período, teoricamente sem acesso ao conhecimento, os negros já provocavam fugas e sabotagens, imagine se pudessem ocupar outros espaços?

O Estado já havia percebido que não seria fácil controlar os indígenas, muito menos os negros. Por outro lado, não percebia que a educação aos colonos iria provocar rasuras futuras em uma sociedade colonial que não mais iria aceitar de braços cruzados o status quo de colônia explorada e usurpada de Portugal. As ideias iluministas estavam cada vez mais fortes nos movimentos sociais.

A educação no período imperial e da independência e o negro entre e pós-abolição

O lapso entre a saída jesuítica, a tentativa Pombalina e a primeira Lei já em 1827, muito pode ser problematizada, à medida que, se de um lado vemos uma quebra na educação consolidada pelos jesuítas, a tentativa falha do Marquês de Pombal e o surgimento de uma educação particular que tinha fundamentado uma educação fragmentada e para poucos.

Por outro, podemos pensar, também, que os ideais presentes no projeto iluministas, permaneceram e deram espaço para outros moldes de ensino, como da ordem agostiniana, que embora fosse de ordem religiosa, estava amparado em práticas pedagógicas entre o despotismo esclarecido e as concepções oratorianas, bem como se firmou como uma ordem que não incorporou a contrarreforma luterana. Em ambos os lados, devemos atentar para as problemáticas provocadas a época e para os dias atuais.

A mudança começa a ocorrer pelo fator fuga da Família Real ao Brasil em 1808. Ao chegar aqui, a família busca a melhoria da colônia, tendo em vista que seria seu novo lar. Engana-se quem acredita que foi uma ação em prol dos colonizados e dos desgarrados que eram enviados para cá. Tinha o contorno em buscar e em manter as regalias da coroa, com a percepção de que a colônia do Brasil, se fosse levada a modernidade, poderia render mais lucro, logo, mais uma vez, o objetivo era mais político e econômico do que cultural e social.

Após a abdicação do trono motivado por pressões internas e externas, o país passa a ter regências, tendo em vista que seu filho, esse brasileiro, Dom Pedro II, era uma criança. Já em 1840, com a antecipação de idade, é que Pedro II assume o poder imperial.

Porém, ainda falando do primeiro reinado, vamos ter a Constituição de 1824 que propunha a criação de um sistema de educação, diferente dos tempos anteriores, todavia a Constituição e as discussões em torno da educação eram encaminhadas a favor do imperador e de suas vontades, em outras palavras, em favorecimento das elites e da igreja. A primeira legislação no tocante educacional mais específica acontece em 1827 que regulamentava a educação, e tinha, entre seus artigos, a criação das escolas de primeiras letras no país, isto é, escola de alfabetização.

Entre os 17 artigos podemos ainda destacar que o objetivo para com a educação era educar os filhos da elite; salário dos professores (entre 200 e 500 mil reis) e quem tinha autorização para exercer tal função. Como estratégia econômica, a lei ainda permite o ensino multo, o que hoje chamamos de multisseriadas, isso é, a junção de alunos de idades e graus diferentes sendo

ensinados no mesmo ambiente e pelo mesmo professor.

De maneira geral, era ensinado ler, escrever as quatro operações de aritméticas, a gramática do português, como também a moral e a doutrina cristã. Era basicamente o ensino jesuítico que volta em outros contornos e pela mão do Estado.

Em 1834 é adicionado a Constituição de 1824 o Ato Adicional sobre a Lei de educação de 1827. O ato adicional, institui, então, que a educação elementar e secundária não será responsabilidade somente do governo de maneira central, mas também das províncias, enquanto o ensino superior seria responsabilidade do Governo Central da Corte.

Vejamus que essa prática no tempo imperial relegava o ensino primário e secundário para segundo plano, focando no ensino superior. E veja como essas questões vão explicar a educação básica precária de hoje, e como essa educação ainda é excludente. Lembrando que o negro nesse período ainda estava em condição de escravizado e a população mais pobre formada, em boa parte, por negros livres e pardos, mamelucos e indígenas estavam fora desse espaço.

Analise também que essa lei não favorece a todos e tem explícito a manutenção do pensamento escravocrata, patriarcal, elitista e, portanto, excludente. Apesar disso, embora a educação esteja colocada nas práticas de continuidades dos tempos anteriores e do tempo imperial, regencial e de independência, também sofre suas rupturas, como presença negra na escolarização por meio de iniciativas privadas, como irmandades e com mestres particulares, pagas por negros, ou brancos, que tinham condições na época.

Ao longo do século XIX não havia uma jurisdição mais detalhada sobre a educação, então era comum o processo de educação primária, que era o contato com as primeiras letras, no processo de alfabetização e secundária, acontecer de maneira independente, mesmo porque caso o aluno quisesse ingressar no nível mais elevado ele só precisaria fazer uma avaliação e sendo aprovado poderia prosseguir, sendo assim, não existia a necessidade de provar, por documentos o cumprimento do saber.

Dessa maneira se populariza o ensino particular no Brasil por meio de mestres. E é nesse espaço que os negros poderiam ocupar. Por outro lado, temos leis desse período que proibia a presença negra em escolas: “destacam-se interdições e permissões para matrícula negra entre 1835 (ano das primeiras menções à proibição de matrícula a não livres) e 1887 (última proibição à matrícula de escravos)”. (Barros, 2016, p. 591)

Antes do Ato Adicional, tínhamos a individualidade das províncias em aceitar ou não negros, mulheres, escravizados e outros. Já em 1848, no Segundo Reinado, os primeiros Estatutos não aceitavam a presença de quem não era letrado, pessoas doentes e com moléstias contagiosas.

Nota-se que, de maneira geral, no primeiro momento, nas províncias, a lei não detalhava quem poderia e quem não poderia, porém, ao longo dos anos seguintes, o processo em deixar explícito a proibição foi ficando cada vez mais evidente. Pensamos, então, quais seriam os motivos para a proibição? Reclamação dos brancos tendo que estudar com negros? Reivindicação dos donos de escravos que não queriam que estudassem? A visão da elite em perceber que com estudos esses sujeitos poderiam se articular e reivindicar, cada vez mais, sua condição humana? Talvez, todos esses motivos. Mas uma coisa é certa, existia o incomodo que foi acatado pelo império criando as exclusões mais uma vez.

Ao pensarmos a educação no Segundo Reinado, destacamos a partir dos anos de 1870 pela Lei do ventre Livre e da criação de escolas noturnas. Contudo, vale, de antemão, informar as proibições até 1880 e até mesmo suas negações Pós-abolição. (Brasil, Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Decreto n. 4.835, de 1º de dezembro de 1871)

O decreto nº 1.331- A de 17 de fevereiro de 1854, com a reforma Couto Ferraz, trazia a centralização da educação para o Estado novamente e tinha como objetivo fazer inspeções em escolas públicas e privadas validando o que podia e não podia, assim como tinha o ensejo de produzir uma educação visando o desenvolvimento de habilidades e das práticas sociais com foco no progresso integral do cidadão.

No campo da educação, os anos de 1870 fomentou uma sociedade preocupada e em busca de uma nação livre e moderna. Dentre os principais marcos do período, podemos destacar a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871 e a importância da consolidação escolar.

Dicotomicamente, como toda a história da nossa educação, se nesse período havia em toda

a parte a proibição dos escravos na permanência educacional, por outro lado, foi o período da criação das escolas noturnas, e nesse sentido nos coloca a refletir sobre o motivo desse ensino noturno, seria, então, para contemplar os negros e pobres que não podiam dedica-se aos estudos ao longo do dia?

Por outro olhar, ainda, devemos pensar como essa escolarização noturna servia para ensinar as primeiras letras, o ensino de ofícios e religioso, reforçando as hierarquias entre o saber, entre quem iria ocupar o conhecimento científico e quem iria aprender o necessário para contribuir como mão de obra especializada no desenvolvimento social.

Contudo, o ensino noturno também foi implementado ao “bel” prazer de cada província, umas aceitando qualquer aluno, e outros especificando qual público poderia fazer parte. Em ambos os casos, encontramos regras, tais como a aceitação de negros, mas também os espaços que aceitavam escravizados, era necessário a permissão, por meio de alvará do seu senhor. A Corte também instituiu a educação noturna e de adultos, deixando livre para todos os maiores de 14 anos. Mas colocando como obrigatório o ensino sem informar se seria para os escravos, libertos ou ingênuos.

A Lei do Ventre Livre também deixa a cargo dos senhores entregar a criança ao poder do Estado ou educar essa criança “livre”. Uma coisa é certa, a proibição dos demais espaços escolares, para além do ensino noturno, do escravizado e mesmo do livre, liberto, gentil da terra, negro e pobre, muito contribui para fortalecer a demarcação dos espaços desses sujeitos ao longo dos tempos na educação brasileira.

Até o período do fim da escravidão no Brasil e mesmo pós, nos primeiros anos, não houve mudanças mais sinuosas no campo educacional e da ocupação negra. O Estado continuava tomando para si a responsabilidade da educação, focando na formação mais elevada das elites, dando educação primária para a população mais pobre, contudo, sem mencionar em suas leis, a negação da presença negra e ex-escrava na educação convencional, embora, por vezes, dificultosa a depender de cada província, e criando possibilidades da educação noturna para os demais excluídos.

Vejam como nossa educação até o período tratado, com apoio e fomento direto do Estado, procurou excluir os escravizados, os negros e os pobres das escolas. Sabemos que tivemos exceções, sobretudo por questões econômicas que envolvia os sujeitos, mas a regra era a exclusão e o ordenamento de deixar os negros fora do espaço do saber, mesmo que fosse somente a educação primária.

Se a educação formal e institucional quis excluir, negar e impossibilitar tais corpos, outros meios e processos foram fundamentais para saber lidar com a sociedade que estavam fazendo parte. Tendo ciência, desde cedo, que estavam ali em uma guerra física e simbólica o tempo todo. E foi assim que conseguiram chegar ao século XX resistindo e lutando contra os inimigos diretos: o racismo, o preconceito social e os mitos de democracia à brasileira.

Considerações finais: o negro (r) existindo

Passamos pelos períodos principais do ensino no Brasil, viemos a educação que surge para cristianizar, colonizar, para formar as elites locais. Saímos da escravidão, vieram os direitos básicos para todos, mas ainda a educação, seja na ocupação do espaço, seja na dimensão do saber, seja nas práticas pedagógicas, está amparada, por vezes, na lógica tradicional, elitistas, classistas, hegemônica e excludente. Quando pensamos o ensino superior, essa problemática fica mais acentuada ainda, e mais, quando pensamos de maneira particular em determinados cursos e profissões, e na própria Pós-Graduação.

Aqui bebemos da biblioteca colonial com o olhar atento e atual, e sem jogar fora a água com a criança dentro, procurou-se reafirmar que todas as conquistas foram obtidas a custos caros e de posicionamentos firmes e dos movimentos sociais. Nada foi dado, toda a nossa história foi reivindicada, e sendo a educação ainda controversa, e, mais do que nunca, nesse momento atual, vale lembrar como os projetos políticos-pedagógicos foram construídos favorecendo uns em detrimento de outros. Portanto, essa escrita é para, também, lembrar que uma educação que não

tem memória, não tem história. A memória aqui foi resgatada para lembrar que por muito tempo o negro esteve fora de maneira oficial da educação formal, mas que construiu em outros espaços possibilidades de aprender e ensinar, e mais, que as inclusões ainda excluem e, por isso, mesmo, precisamos reivindicar e refletir questões atuais e futuras.

Referências

BARROS, Surya A. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>. Acessado em: out. 2022

BARROS, Surya A. Pombo de. **História da educação da população negra no Brasil: estado da arte (1989-2010).** In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (Org.). **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar.** João Pessoa: Edufpb, 2012.

BRASIL. **Coleção Das Leis Do Império Do Brasil**, 1854, Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854.

BRASIL. Decreto n. 4.835, de 1º de dezembro de 1871. Aprova o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 708-721, 1871.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRAUDEL, Fernand (1972). **História e ciências sociais.** Lisboa, Presença.

COSTA, F. de A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1060>. Acesso em: 3 dez. 2022.

GRAMSCI, Antonio (1975). **Quaderni del carcere.** Torino, Einaudi. 4 vols. (Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana).

LEITE, Serafim, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1945a. t. 5. 637 p

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 465-476, 2007.

MESQUIDA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. **Educar em Revista**, n. 48, p. 235-249, 2013

NAGEL, Lizia Helena. A educação na colônia no discurso dos jesuítas: uma perspectiva retrógrada ou adequada aos novos tempos? **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 36, n.22, p. 181-199, set./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3972/3239>. Acesso em: 15 set. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 1978

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. *In*: LOPES, Eliane M. T.; FARIAS FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cyntia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 43-60

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAVIANI, Dermeval. As ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827). *In*: **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 77-114.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Recebido em 28 de novembro de 2023

Aceito em 29 de janeiro de 2024